

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 7 de agosto de 2026 • Nº 2357 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Crédito de R\$ 10 bilhões amplia investimento em inovação

PÁGINA 5

CNC

Endividamento das famílias sobe para 82% em julho

O indicador que mede a proporção de famílias que têm dívidas, em atraso ou não, chegou a 82% em julho, marcando o maior patamar já registrado pelo sexto mês seguido. Em junho, o índice era 81,6%; enquanto, em julho do ano passado, 78,5%. No entanto, a parcela de famílias com dívidas atrasadas, a chamada inadimplência, recuou para 29,8% em julho. No mês anterior, estava em 29,9%, e, há um ano, em 30%. O tempo médio de pagamento em atraso das contas ficou em 64,6 dias em julho, mostrando trajetória de queda desde abril, quando estava em 65,1 dias. Os dados fazem parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, divulgada pela Confederação Nacional do Comércio. **PÁGINA 3**

PEDIDO DE VISTA

Dino suspende julgamento sobre jogos de azar no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, ontem, o julgamento que discute a proibição dos jogos de azar após um pedido de vista do ministro Flávio Dino, que defendeu o julgamento conjunto desta ação com os processos que tratam das apostas online (bets). Está em discussão o trecho da Lei das Contravenções Penais que proíbe a exploração de jogos de azar, como bingo, jogo do bicho e caça-níqueis. A discussão é se a lei de 1941 é compatível com a Constituição de 1988 ou viola princípios da Carta Magna, como o da livre iniciativa. Até o momento, há dois votos para manter a proibição dos jogos de azar: do relator, Luiz Fux, e do ministro Flávio Dino. **PÁGINA 6**

JULHO

Balança atinge superávit de US\$ 7,067 bi

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 7,067 bilhões em julho, segundo dados divulgados ontem, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O valor foi alcançado com exportações de US\$ 34,119 bilhões e importações de US\$ 27,052 bilhões. O resultado de julho ficou abaixo da mediana das estimativas do mercado financeiro apontada na pesquisa Projeções

Broadcast, de superávit comercial de US\$ 8,1 bilhões, após saldo positivo de US\$ 9,758 bilhões em junho. As projeções do mercado financeiro para esta leitura iam de US\$ 7,2 bilhões a US\$ 8,9 bilhões. Em julho, as exportações registraram alta de 6,2% na comparação com o mesmo mês de 2025, com crescimento de 9,3% em Agropecuária, que somou US\$ 7,823 bilhões; alta de 10,8% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 8,234 bilhões. **PÁGINA 2**

BALANÇO

Petrobras tem lucro líquido de R\$ 52,4 bi no 2º trimestre



TOMAZ SILVA/ABRASIL

A Petrobras teve lucro líquido de R\$ 52,4 bilhões (US\$ 10,4 bilhões) no segundo trimestre de 2026, 97% a mais em comparação ao mesmo período de 2025. Esse é um dos maiores resultados trimestrais da série histórica. Segundo a empresa, o resultado foi marcado por recordes na produção de óleo, que atingiu 2,7 milhões de barris por dia; ao fator de utilização do parque de refino de 101%; e crescimento das exportações, que chegaram a quase um milhão de barris por dia. A elevada utilização do parque de refino levou a produção de 509 mil barris de petróleo por dia de diesel S10 e 109 mil de querosene de aviação. Já a produção de derivados atingiu 1,9 milhão de barris por dia, que representa um crescimento de 5,6% comparada ao primeiro trimestre de 2026. Com o aumento da produção de derivados, houve redução das importações em 40% em relação ao trimestre anterior. “Os recordes operacionais que alcançamos neste segundo trimestre nos levaram a um dos maiores resultados financeiros trimestrais da série histórica da Petrobras. O aumento do volume de produção de óleo e de derivados, combinado ao Brent mais alto, fortaleceu nossa geração de caixa”, avaliou o diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Fernando Melgarejo (**foto**). Foram investidos R\$ 26,7 bilhões (US\$ 5,3 bilhões) no segundo trimestre de 2026. Deste valor, 82% foram destinados para o segmento de exploração e produção.

CRIME COM CASTIGO



JOSE ALBERTO/STJ

STJ condena Marco Buzzi a perda de cargo por crimes sexuais

O plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem colocar à disposição o cargo do ministro Marco Buzzi (**foto**), mantendo seu afastamento das funções. Ele foi acusado de crimes sexuais por duas mulheres. A decisão pela condenação foi unânime, com aprovação dos 28 ministros que participaram da votação. Quatro, contudo, votaram pela pena de aposentadoria compulsória, pena menos grave que não implica a perda de cargo. Neste ponto, ficaram vencidos os ministros João Otávio de Noronha, Moura Ribeiro, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria. A aplicação da pena de disponibilidade com perda de cargo a um magistrado brasileiro é inédita. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA -0,06% / 177.894,97 / -105,27 / Volume: 7.966.166.000											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.			
POMO4	4,81	-10,43	-0,56	RCSL3F	0,54	+14,89	+0,07	JFEN3F	0,46	-14,81	-0,08
RAIZ4	0,280	+7,69	+0,020	AZUL99	8,410	+13,65	+1,010	SAUD3	14,23	-11,56	-1,86
B3SA3	15,70	+0,51	+0,08	BRSR5	18,00	+12,99	+2,07	POMO4	4,81	-10,43	-0,56
BBDCA	18,22	-1,78	-0,33	BPAC5	19,82	+11,98	+2,12	SAUD3F	14,41	-10,22	-1,64
CSAN3	4,05	-1,22	-0,05	PGMN3F	3,580	+11,87	+0,380	AZTE3F	1,760	-9,28	-0,180
									Dow Jones	54.085,88	+1,71
									S&P 500	7.736,52	+1,79
									US Tech 100	28.876,4	+3,12
									Euronext 100	1.957,93	+0,96
									CAC 40	8.666,63	+0,61
									FTSE 100	10.879,38	+0,20
										Salário mínimo	R\$ 1.621,00
										Ufir-RJ	R\$ 4,9604
										IPCA	-0,50% (jun.)
										CDI	0,16% (jun.)
										IGP-M	-0,50% (jun.)
										EURO turismo	Compra: 5,9818 Venda: 6,1618
										DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1053 Venda: +0,65%
										DÓLAR comercial	Compra: 5,1306 Venda: 5,1312
										DÓLAR turismo	Compra: 5,1610 Venda: 5,3410
										BM&F/grama/RJ	R\$ 656,03
										EURO Comercial	Compra: 5,9161 Venda: 5,9167
										Poupança	0,6722% (05/08)

MERCADOS

Bolsa recua abaixo dos 176 mil pontos com exterior; dólar cai 0,41%

JULIANA MACHADO/AE

Depois de se sustentar no começo do dia na faixa dos 177 mil pontos, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou o pregão de ontem perto das mínimas, em 175 mil pontos. O índice operou pressionado principalmente pelos riscos de um juízo mais alto por mais tempo nas economias globais, como resultado do fortalecimento da inflação na esteira da alta do petróleo. No fim do pregão, o Ibovespa (Índice Bovespa) caiu 1,23%, aos 175.546,36, perto da mínima de 175.514,86. Na máxima do dia, o principal índice da B3 foi aos 177.720,00 pontos. Na ponta corporativa, o pregão foi de dispersão, com poucas altas relevantes e quedas mais disseminadas entre setores. Do lado negativo,

SmartFit foi a maior queda no dia, em baixa de mais de 7%, após o resultado do segundo trimestre mal digerido pelo mercado.

DÓLAR

Após encerrar o pregão da quarta-feira praticamente estável, o dólar exibiu queda firme ontem, na contramão do sinal predominante de alta da moeda norte-americana no exterior, embora outras divisas latino-americanas, em especial o peso colombiano, também tenham ganhado terreno. Em baixa desde o início dos negócios e com mínima de R\$ 5,0906, o dólar à vista fechou em queda de 0,41%, a R\$ 5,1073, mas ainda acumula valorização de 0,73% nos quatro primeiros pregões de agosto, após recuo de 1,79% em julho. No ano, as perdas são de 6,95%.

ATACAREJO

Assaí tem lucro líquido recorrente de R\$ 344 milhões no 2º trimestre

JÚLIA PESTANA/AE

O Assaí registrou lucro líquido recorrente de R\$ 344 milhões no segundo trimestre de 2026, alta de 93,6% em relação a igual período do ano passado. O lucro líquido contábil somou R\$ 537 milhões, avanço de 103,4% na mesma base de comparação. O Ebitda ajustado totalizou R\$ 1 bilhão, queda de 0,7% na comparação anual. A margem Ebitda ficou praticamente estável, em 5,6%, ante 5,7% um ano antes. A receita líquida atingiu R\$ 19,175 bilhões, crescimento anual de 0,9%, enquanto a receita bruta avançou 2,4%, para R\$ 21,382 bilhões. As vendas em mesmas lojas cresceram 0,9%, excluindo o efeito calendário de 1,4 ponto percentual. O diretor financeiro (CFO) do Assaí, Rafael Sachete, afirmou que a diferença entre o crescimento das receitas bruta e líquida reflete, em parte, mudanças no regime de substituição tributária (ST) em São Paulo, Estado que representa quase 40% das vendas da companhia. A Copa do Mundo também afetou o desempenho comercial. Segundo a companhia, os jogos retiraram aproximadamente 1 ponto percentual das

vendas em mesmas lojas, diante da menor propensão às compras de abastecimento e do encerramento antecipado das lojas nos dias de partidas. O fluxo mensal de clientes, por outro lado, cresceu 3,4% e superou 40 milhões, enquanto a companhia ganhou 0,3 ponto percentual de participação de mercado na análise de mesmas lojas. Sachete afirmou que o consumidor segue pressionado, com as compras cada vez mais concentradas no começo do mês e migração para produtos de menor preço. "As pessoas estão comprando menos porque têm menos dinheiro disponível. Não dá para dizer que estamos vendo um cenário de piora. Há uma leve melhora, mas ainda muito incipiente", afirmou o executivo. O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 421 milhões, melhora de 25,5% ante os R\$ 565 milhões negativos do segundo trimestre de 2025. A companhia foi beneficiada pela redução da dívida e dos custos com antecipação de recebíveis. O CFO acrescentou que o Assaí começou a se beneficiar da curva de juros, embora cerca de R\$ 70 milhões da melhora tenham vindo da atualização de créditos tributários.

Nota

HYPERA PHARMA REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 490,2 MILHÕES NO SEGUNDO TRIMESTRE

A Hypera Pharma reportou lucro líquido de R\$ 490,2 milhões no segundo trimestre de 2026, alta de 15,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 837,1 milhões, alta de 194,5% em relação ao mesmo período de 2025. O lucro das operações continuadas totalizou R\$ 490,0 milhões no trimestre, alta de 15,0% na comparação anual. O Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Ebitda, da sigla em inglês) das operações continuadas totalizou R\$ 754,9 milhões no segundo trimestre, alta de 4,1% em relação ao mesmo período do ano passado. De janeiro a junho, o Ebitda das operações continuadas somou R\$ 1,341 bilhão, alta de 132,5% na comparação com igual período de 2025.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança atinge superávit de US\$ 7,067 bilhões em julho

FLÁVIA SAID/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 7,067 bilhões em julho, segundo dados divulgados ontem, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O valor foi alcançado com exportações de US\$ 34,119 bilhões e importações de US\$ 27,052 bilhões. O resultado de julho ficou abaixo da mediana das estimativas do mercado financeiro apontada na pesquisa Projeções Broadcast, de superávit comercial de US\$ 8,1 bilhões, após sal-

do positivo de US\$ 9,758 bilhões em junho. As projeções do mercado financeiro para esta leitura iam de US\$ 7,2 bilhões a US\$ 8,9 bilhões. **EXPORTAÇÕES** Em julho, as exportações registraram alta de 6,2% na comparação com o mesmo mês de 2025, com crescimento de 9,3% em Agropecuária, que somou US\$ 7,823 bilhões; alta de 10,8% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 8,234 bilhões; e, por fim, crescimento de 2,4% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 17,834 bilhões. As importações subiram 7,6% em julho ante o mesmo mês de 2025, com queda de 4,1% em

Agropecuária, que somou US\$ 478,2 milhões; alta de 31,4% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 1,323 bilhão; e, por fim, crescimento de 6,9% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 28,088 bilhões. **ACUMULADO DE 2026** A balança comercial brasileira acumulou superávit comercial de US\$ 49,039 bilhões no ano até julho, segundo os dados da Secex do MDIC. O valor foi alcançado com exportações de US\$ 218,552 bilhões e importações de US\$ 169,513 bilhões e é 31,9% maior do que no mesmo período de 2025. No acumulado de 2026, parado ao mesmo período de

2025, as exportações registraram alta de 10,5%, com crescimento de 9,2% em Agropecuária, que somou US\$ 50,481 bilhões; alta de 21,3% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 54,355 bilhões; e, por fim, crescimento de 6,3% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 112,500 bilhões. As importações subiram 5,5% de janeiro a julho de 2026 ante o mesmo período de 2025, com queda de 14,7% em Agropecuária, que somou US\$ 3,187 bilhões; alta de 3,3% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 7,213 bilhões; e, por fim, crescimento de 6,1% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 158,004 bilhões.

Exportações do Brasil aos EUA caem 5% em julho, e para a China avançam 8,6%

FLÁVIA SAID/AE

As exportações de produtos brasileiros para os Estados Unidos caíram 5% em julho de 2026, somando US\$ 3,638 bilhões no mês ante US\$ 3,829 bilhões em julho de 2025. Os dados foram divulgados ontem, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Pelo lado das importações, houve alta de 0,6% nas compras vindas dos EUA em julho (totalizando US\$ 4,276 bilhões, ante US\$ 4,253 bilhões em igual mês do ano passado). Assim, a balança comercial com os EUA resultou num déficit de US\$ 638 milhões em julho. No acumulado de janeiro a julho de 2026, em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações para os Estados Unidos caíram 12,2% e atingiram US\$ 20,951 bilhões. As importações caíram 10,4% e totalizaram US\$ 23,225 bilhões. Dessa forma, neste período, a balança comercial para o país apresentou déficit de US\$ 2,274 bilhões.

CHINA

Quanto à China, as exportações de produtos brasileiros para o país asiático cresceram 8,6% em julho de 2026 (somando US\$ 10,673 bilhões no mês, ante US\$

9,824 bilhões em julho de 2025). Pelo lado das importações, houve crescimento de 7,8% nas compras vindas da China em julho (totalizando US\$ 6,418 bilhões no mês, ante US\$ 5,955 bilhões em igual mês do ano passado). Com isso, o Brasil teve superávit de US\$ 4,255 bilhões com o país asiático no sétimo mês deste ano. No período de janeiro a julho de 2026, em relação a igual período do ano anterior, as vendas para China cresceram 19,7% e atingiram US\$ 69,026 bilhões. As importações cresceram 8% e totalizaram US\$ 44,963 bilhões. Consequentemente, neste período, a balança comercial com a China apresentou superávit de US\$ 24,063 bilhões.

TARIFAÇÃO

Questionado sobre a queda das exportações de produtos brasileiros aos Estados Unidos no mês passado, o diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Herlon Brandão, afirmou ontem, que ela não está relacionada diretamente ao novo tarifaço. "A medida dos Estados Unidos passou a vigorar plenamente apenas no dia 29 de julho", lembrou o técnico em coletiva

de imprensa para comentar os dados da balança comercial brasileira de julho, que apresentou superávit de US\$ 7,067 bilhões, no âmbito geral. "Então, não é possível atribuir o movimento de julho todo em relação à medida." Segundo Brandão, como não houve crescimento das vendas no sétimo mês do ano, não é possível avaliar se houve uma antecipação das vendas. A queda em julho se deu nos seguintes produtos: aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes (-62,2%), ferro gusa (-31,4%), café não torrado (-27,6%) e sucos de frutas ou vegetais (-22,5%). As exportações de produtos brasileiros para os EUA caíram 5% em julho de 2026 e 12,2% nos sete meses do ano. No ano, a queda foi motivada por reduções nas vendas de óleos brutos de petróleo (-25,5%), café não torrado (-34,1%), sucos de frutas e vegetais (44,2%) e produtos semiacabados de ferro e aço (11%). Brandão atribuiu a queda das vendas aos EUA no acumulado do ano ao contexto econômico e à demanda. Ele exemplificou que não houve majoração de alíquotas para petróleo. "Cada produto tem uma dinâmica e eu diria que é uma questão mais de demanda e de mercado que influenciou esse resultado do pri-

meiro semestre incluindo julho", sustentou. Sobre a recente escalada da crise diplomática do Brasil com os EUA e com a Argentina, o técnico disse que a política econômica só vai afetar os fluxos comerciais na medida em que se traduzam em medidas restritivas, como tarifas, ou, em direção contrária, de incentivo ao comércio. "Na medida em que se tem alguma medida concreta isso pode influenciar no fluxo. Então, essa questão de relacionamento político não creio que é possível mensurar isso nesse movimento", avaliou. **PETRÓLEO** O diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior afirmou ainda que a alta da exportação de petróleo bruto em julho, de 23,8% em valor, foi motivada exclusivamente pela alta de 38,3% no preço. No acumulado do ano, o técnico destacou que soja e petróleo bruto foram os produtos mais exportados - com crescimento de 15,3% e 26,9%, respectivamente, o equivalente a US\$ 35,013 bilhões e US\$ 32,597 bilhões. Brandão disse ainda que a trajetória da exportação mensal tem se mantido "consistentemente acima dos meses de 2025".

Exportações brasileiras à UE crescem 3,9% em julho; vendas para Argentina caem 13,9%

FLÁVIA SAID/AE

As exportações de produtos brasileiros para a União Europeia cresceram 3,9% em julho deste ano e somaram US\$ 4,782 bilhões, ante US\$ 4,603 bilhões em julho de 2025. As compras subiram 6,5% (somando US\$ 5,011 bilhões, ante US\$ 4,703 bilhões no mesmo mês do ano passado). A balança comercial com este bloco resultou num déficit de US\$ 229 milhões em julho. No período acumulado de ja-

neiro a julho de 2026, em relação a igual período do ano anterior, as exportações para a União Europeia cresceram 11,0% e atingiram US\$ 31,589 bilhões. As importações subiram 0,7% e totalizaram US\$ 29,275 bilhões. Consequentemente, neste período do acumulado do ano, a balança comercial com este bloco comercial apresentou superávit de US\$ 2,314 bilhões. **ARGENTINA** No caso da Argentina, as ex-

portações caíram 13,9% e somaram US\$ 1,415 bilhão. As importações cresceram 4,7% e totalizaram US\$ 1,153 bilhão. Logo, a balança comercial com este parceiro comercial apresentou superávit de US\$ 262 milhões. Nos sete meses do ano, as vendas para a Argentina caíram 18,6% e atingiram US\$ 8,763 bilhões. As importações cresceram 3,8% e chegaram a US\$ 7,546 bilhões. Com isto, neste período, a balança comercial para este país apresen-

tou saldo positivo de US\$ 1,217 bilhões. Argentina e UE, ao lado da China e dos Estados Unidos, são os principais parceiros comerciais do Brasil. Os resultados da balança comercial de julho, em que foi registrado superávit de US\$ 7,067 bilhões, foram divulgados nesta quinta-feira, 6, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

CNC

Endividamento das famílias sobe para 82% em julho

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

O indicador que mede a proporção de famílias que têm dívidas, em atraso ou não, chegou a 82% em julho, marcando o maior patamar já registrado pelo sexto mês seguido. Em junho, o índice era 81,6%; enquanto, em julho do ano passado, 78,5%.

No entanto, a parcela de famílias com dívidas atrasadas, a chamada inadimplência, recuou para 29,8% em julho. No mês anterior, estava em 29,9%, e, há um ano, em 30%.

O tempo médio de paga-

mento em atraso das contas ficou em 64,6 dias em julho, mostrando trajetória de queda desde abril, quando estava em 65,1 dias.

Os dados fazem parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O levantamento é feito com 18 mil famílias de todo o país. São levadas em consideração dívidas com cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

ORÇAMENTO

A pesquisa mostra que as famílias têm, em média, 29,5% do orçamento atrelado a dívidas. O tempo médio de comprometimento com dívida ficou em 7,2 meses. Um ano atrás, era 7,1 meses.

A CNC ressalta que dívida não é necessariamente um comportamento financeiro negativo, uma vez que é uma forma de direcionar dinheiro para o consumo, o que aquece a economia como um todo.

No entanto, a instituição adverte que o índice de endividamento preocupa quando as famílias começam a apresentar dificuldade na capacidade de honrar os pagamentos.

O levantamento revela que o cartão de crédito é o grande responsável pelo endividamento das famílias, chegando a mais de 85% dos endividados.

FAIXAS DE RENDA

Os números da CNC mostram que o endividamento está mais presente nas famílias de renda mais baixa: 84,9% dos lares que recebem até três salários mínimos têm dívidas.

Já nas famílias com renda superior a dez mínimos, a proporção diminui a 72%.

Em relação à inadimplência, a condição atinge 38,5% das famílias mais pobres e 15,1% das mais ricas.

PETRÓLEO

Leilões de petróleo em outubro terão recorde de áreas em disputa

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) afirmou ontem que as licitações de exploração de petróleo no país marcadas para outubro terão número recorde de áreas em disputa. A Agência é a responsável por organizar esses leilões. Dois certames estão marcados para 7 de outubro: o chamado 4º Ciclo de Partilha, que abrange áreas do pré-sal, vai ofertar 13 blocos. O do 6º Ciclo de Concessão, que licita as demais áreas de exploração, tem 22 setores em disputa.

A relação completa das áreas de partilha e de concessão foi publicada no Diário Oficial da União.

Foram incluídos setores ou blocos que receberam declaração de interesse de pelo menos uma empresa de petróleo, desde que a companhia também tenha manifestado garantia de oferta. Os 22 setores do leilão de concessão receberam, até o momento, declaração de interesse com garantia de oferta de 12 empresas. Os 13 blo-

cos do leilão de partilha têm a manifestação de seis empresas.

PRÓXIMOS PASSOS

A ANP explica que, até 31 de agosto, empresas que ainda não tenham ou que já tenham declarado interesse podem ainda demonstrar interesse em outros setores ou blocos, ampliando a participação nos leilões.

As que não cumprirem esse procedimento até o fim do prazo podem participar da disputa por meio de consórcio com empresas que se habilitaram.

LEILÕES ANTERIORES

Em outubro do ano passado, o 3º Ciclo da Oferta de Partilha terminou com cinco dos sete blocos em disputa arrematados. Na ocasião os bônus de assinatura chegaram a quase 104 bilhões e previsão de investimento mínimo na fase de exploração de R\$ 451,5 milhões. O leilão do 5º Ciclo da Oferta de Concessão ocorreu em junho de 2025, com assinatura de 34 contratos de concessão de blocos. A arrecadação de bônus de assinatura foi

de cerca de R\$ 989 milhões, com investimentos mínimos estimados em R\$ 1,5 bilhão na fase de exploração.

PARTILHA X CONCESSÃO

Descoberto há 20 anos, o petróleo do pré-sal mostrou-se tão significativo para o potencial de produção brasileiro que levou o governo a mudar, em 2010, o regime que autorizava as empresas a explorar a riqueza submersa.

Dessa forma, nas áreas de pré-sal vigora o regime de partilha. Nesse modelo, a produção de óleo excedente (saldo após pagamento dos custos) é dividida entre a empresa e a União. Quando ocorre leilão em uma área, a companhia vencedora é aquela que oferece a maior parcela do óleo à União.

Essa regra é diferente do modelo de concessão, válido nos demais blocos de óleo e gás. No modelo tradicional, o risco de investir e encontrar, ou não, petróleo é da concessionária, que se torna dona

de todo o óleo e gás que venham a ser descobertos.

Em contrapartida, além do bônus de assinatura ao arrematar o leilão, a petrolífera paga royalties e participação especial (no caso de campos de grande produção) ao governo.

Junto com o modelo de partilha, foi criada uma estatal, a Pré-Sal Petróleo (PPSA), sediada no Rio de Janeiro e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que representa a União no recebimento das receitas. Ou seja, a PPSA vende o petróleo entregue pelas petroleiras à União.

O Polígono do Pré-Sal, no litoral do Sudeste, concentra os principais campos de produção do petróleo no país. Em junho de 2026, dado mais recente da ANP, os campos do pré-sal – sob uma espessa camada de sal, que pode chegar a 7 mil metros de profundidade – responderam por 82% da produção nacional de petróleo e gás.

SALVAMENTO

Durigan nega 'inércia' da União com o BRB e cobra plano de negócios

CÍCERO COTRIM/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse ontem, que a alegação de "inércia" da União no processo para salvar o Banco de Brasília (BRB), feita pelo governo do Distrito Federal, causou profunda insatisfação nas equipes que trabalham para viabilizar a realização do acordo.

O governo do DF pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que marcasse uma nova audiência de conciliação sobre o empréstimo de R\$ 6,6 bilhões necessário para capitalizar o BRB, alegando inércia da União e do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) no cumprimento do acordo. O ministro Luiz Fux agendou a audiência para o dia 13.

"Estarei na audiência pública na próxima quinta-feira, designada pelo ministro Fux, para levar, inclusive, essa fala de indignação das equipes", disse Durigan a jornalistas na portaria da Fazenda. "As equipes têm trabalhado bastante em cima desse

tema, e hoje me trouxeram essa insatisfação, que atrapalha esse processo que já está em curso."

O ministro relatou que, ontem, o que falta para concluir o acordo e liberar o empréstimo é a apresentação de mais informações sobre um plano de negócios por parte do governo do DF e do BRB. A etapa é importante para convencer o FGC e os bancos a liberarem os recursos.

"Se o BRB, como eu disse na reunião com o ministro Fux, tem um plano de recuperação crível, basta apresentar aos bancos, ao FGC, que certamente vai avaliar e tomar a decisão de fazer o empréstimo", disse Durigan.

Ele voltou a dizer que os problemas do banco do DF são de origem criminosos e partem do próprio BRB e do governo do DF. O BRB precisa ser capitalizado para lidar com as perdas decorrentes da compra de ativos falsos que eram do Banco Master, de Daniel Vorcaro, que foi liquidado pelo Banco Central em novembro de 2025.

RECEBIMENTO DE LICENÇA

CONDOMÍNIO DO EMPREENDIMENTO VITALITY, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.699.328/0001-88, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento – SMDU/SUBCLA, através do processo nº EIS-PRO2023/13885, Licença Ambiental Municipal de Operação nº000701/2012 para operar Estação de Tratamento de Esgotos, situada na Avenida Di Cavalcanti nº111, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro.

Pet Delicia Holding S.A.

CNPJ nº 25.267.563/0001-71 - NIRE 3330032066-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os senhores acionistas titulares de ações da **Pet Delicia Holding S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.267.563/0001-71, com sede localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Idalina Senra, 32, sala A, São Cristóvão, CEP 20.941-090 ("Companhia"), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a realizar-se no dia 17 de agosto de 2026, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma de videoconferência "Google Meet", cujo link de acesso a ser disponibilizado oportunamente aos acionistas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia: Em assembleia geral ordinária:** 1. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, do Balanço Patrimonial e do Relatório da Diretoria referentes ao exercício social encerrado 31.12.2025; 2. a deliberação sobre a destinação dos resultados da Companhia do exercício social encerrado e 31.12.2025; e 3. a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em assembleia geral extraordinária:** 1. a aprovação do aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 3.200.000 (três mil e duzentos reais), mediante a emissão de 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em decorrência do exercício das 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) opções outorgadas no âmbito do Plano Geral para a Outorga de Opções de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 24 de abril de 2020, conforme aditado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de setembro de 2024 ("Plano"), sendo: (i) 213.000 (duzentas e treze mil) ações a serem subscritas pelos beneficiários signatários dos Acordos de Direito de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrados em 15 de maio de 2019 e 1º de agosto de 2019, posteriormente ratificadas e englobadas pelo Plano; (ii) 1.887.000 (um milhão, oitocentas e oitenta e sete mil) ações a serem subscritas pelos beneficiários signatários dos Acordos de Direito de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrados em 20 de abril de 2020; e (iii) 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações a serem subscritas pelos beneficiários signatários dos Acordos de Direito de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrados em 31 de março de 2021; 2. a extinção do Plano e dos contratos de outorga dele decorrentes; 3. a ratificação do Memorando de Entendimentos, celebrado em 9 de junho de 2026 ("MoU") pela administração da Companhia, cuja cópia encontra-se à disposição dos acionistas para consulta, conforme arquivada na sede da Companhia; 4. a realização da operação de venda de até a totalidade das quotas detidas pela Companhia e por Anirudha Deb representativas do capital social da Pet Bistrô Alimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.449.565/0001-30 ("Pet Bistrô"), sociedade controlada pela Companhia, conforme o MoU ("Operação"); 5. a aprovação da destinação dos recursos que venham a ser recebidos pela Companhia em decorrência da Operação, na forma do disposto no MoU; 6. a aprovação dos termos e condições a serem oferecidos aos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia em decorrência da Operação, em duas modalidades distintas, conforme previstas no MoU; 7. a aprovação da alteração da denominação social da Companhia; e 8. a autorização para a prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas na presente assembleia e à formalização da Operação. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, de acordo com as Instruções Normativas DREI n.º 79/2020 e n.º 81/2020, adotando o padrão de boletim de voto previsto na Instrução CVM nº 481/09. O acionista que desejar exercer seu direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância deverá acessar o link individual encaminhado por e-mail pela plataforma Cuore, por meio do qual poderá registrar seus votos e anexar os documentos de identificação necessários. O procedimento de votação deverá ser concluído até as 17:00 horas do dia 17 de agosto de 2026, conforme as orientações constantes do boletim de voto a distância. Encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia. Para efeitos deste edital, salvo se de outro modo aqui expresso, as palavras e expressões grafadas em letra maiúscula deverão ter os significados que lhes são atribuídos no MoU. Os acionistas interessados em participar da Assembleia deverão se cadastrar, exclusivamente, por email endereçado a juridico@petdelicia.com.br, até 14 de agosto de 2026, onde, após análise dos documentos anexados, será confirmado o cadastramento. No momento do cadastramento serão solicitados: (a) identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que participará da Assembleia, seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; (b) comprovante de titularidade de ações da Companhia; (c) para aqueles que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com observância das disposições legais aplicáveis (artigo 126 da Lei nº 6.404/76); (d) se pessoa física, documento de identidade; (e) se pessoa jurídica, estatuto social ou contrato social, com indicação de eleição dos administradores; (f) no caso de fundos de investimentos: (f.i) último regulamento consolidado do fundo, (f.ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (f.iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto. Os acionistas que não realizarem o cadastro pelo email informado e no prazo previstos acima não estarão aptos a participar e/ou votar na Assembleia. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Companhia enviará o link e instruções de acesso à plataforma digital "Google Meet". Caso não receba o link e instruções de acesso em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista interessado deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do e-mail juridico@petdelicia.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma digital "Google Meet" estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença dos acionistas via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 15 (quinze) minutos do início da Assembleia, não será possível o ingresso de quaisquer pessoas na Assembleia, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com 30 (trinta) minutos de antecedência. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2026. **Andreas Morganstern Kugler**, Presidente do Conselho de Administração. (05.07 e 12/08/2026)

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº DA CONTRATAÇÃO 203/2026

A Pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 203/2026 no dia 20/08/2026 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de materiais para o laboratório de patologia clínica do INC (AGULHA PARA COLETA DE SANGUE, TUBO COLETA DE SANGUE, TUBO PLÁSTICO) Processo nº. 33409.008672/2025-96. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO 031/2027

A Pregoeira Roberta de Farias Barreto Domingos Paula convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 031/2027 no dia 20/08/2026 às 9h30. Objeto: Aquisição de medicamentos do grupo CLASSE CONTROLADOS I: (ACIDO VALPROICO 250 MG – CAPSULA; CITALOPRAM 20MG COMP; ESCETAMINA, CLORIDRATO 500 MG/10 ML FRASCO-AMPOLA etc.) Processo nº 33409.005496/2026-11. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SINTRAFRIO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS, NA MANIPULAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO E ESTOCAGEM DE CARNES E DERIVADOS, DO FRIO, DE LATICÍNIOS E DERIVADOS, PESCADOS, PRODUTOS VEGETAIS E SEUS DERIVADOS, DE CONGELADOS, SUPERCONGELADOS, SORVETES, CONCENTRADOS E LIOFILIZADOS DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO, BELFORD ROXO, DUQUE DE CAXIAS, ITAGUAÍ, JAPERI, NILÓPOLIS, NOVA IGUAÇU, QUEIMADOS, SÃO JOÃO DE MERITI E SEROPÉDICA – SINTRAFRIO/RJ

CNPJ: 34.180.547/0001-38
Rua Ibituruna, 14 – Maracanã – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20.271-020 - Tel./Fax 3259-2350 - Cel: 98690-0197
Fundado em 25 de Junho de 1931 - Sede Própria

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Com o presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores da categoria e sócios para se reunirem em assembleia geral de prestação de contas. No dia 09 de Setembro de 2026, em primeira chamada às 10:00 horas e segunda chamada às 11:00 horas na sede do sindicato situado na rua Ibituruna 14 – Maracanã. Conforme ordem do dia: 1º) Leitura do edital de convocação. 2º) Apreciação e discussão e votação do balanço financeiro do ano de 2025 3º) Assuntos gerais.

Ricardo Amaral da Silva
Presidente

PLENA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 09.439.168/0001-72 - NIRE nº 33.3.0030853-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2026. (Ata lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76): 1 - DATA, HORA E LOCAL: Em 13 de julho de 2026, às 10:00 (dez) horas, na sede social da Sociedade, na Estrada Velha de Maricá, 249 - parte, Várzea das Moças, na Cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 24.753-511. 2 - CONVOCAÇÃO E PRESENCIA: Dispensadas as formalidades de convocação haja vista a presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, em conformidade com o Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. 3 - MESA: Presidente: Sr. Marcelo Chagas Viana; Secretária: Sr. Laryssa Drumond Sena. 4 - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE: 4.1. Destituir, a Sra. **Danyelle Cruz Lopes**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 11.964.621-4, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 083.571.037-82, residente e domiciliada na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, do cargo de **Diretora Geral**. 4.2. Eleger para o cargo de **Diretora Geral** a Sra. **Laryssa Drumond Sena**, brasileira, solteira, engenheira civil, portadora da carteira de identidade nº 2016127116, expedida pelo CREA/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 129.482.727-85, residente e domiciliada na cidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro, para cumprir mandato pelo período de 03 (três) anos, com início em **13 de julho de 2026** e término em **13 de julho de 2029**. 4.3. Ficando a Diretoria da companhia a partir desta data composta pelo Sr. **Marcelo Chagas Viana**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 08.083.674-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.873.957-13, residente e domiciliado na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro e pela Sra. **Laryssa Drumond Sena**, brasileira, solteira, engenheira civil, portadora da carteira de identidade nº 2016127116, expedida pelo CREA/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 129.482.727-85, residente e domiciliada na cidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro. Ficam arquivados na sede da Companhia e à disposição de qualquer Acionista todos os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia Geral Extraordinária referidos nesta ata. Aprovada a lavratura da ata das deliberações tomadas em Assembleia sob a forma de sumário, como facultado no art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. 5 - ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada, e assinada por todos os presentes. São Gonçalo (RJ), 13 de julho de 2026. **Marcelo Chagas Viana; Miriã Barbosa da Silva. Marcelo Chagas Viana - Presidente; Laryssa Drumond Sena - Secretária.** Jucerja nº 7934474 em 03/08/2026.

LICENÇA

CPTM pede liberação para trem que ligará litoral de SP ao interior

MALU MÔES E JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) já pediu uma licença ambiental para iniciar a construção do trem que ligará o litoral de São Paulo ao interior. Ontem, a Companhia Ambiental do Estado (Cetesb) solicitou a apresentação de estudo de impacto ambiental antes de liberar o projeto bilionário. Não há prazo para obtenção do aval

Depois de quase 30 anos, os trens de cargas e passageiros podem voltar a correr pelos trilhos entre Santos, na Baixada Santista, e Cajati, no Vale do Ribeira, interior de São Paulo.

Como o Estadão mostrou, os 223,6 km de malha ferroviária vão percorrer seis cidades da Baixada Santista, até Peruíbe, e sete cidades do Vale do Ribeira, até Cajati. A estimativa é transportar 32 mil passageiros e 600 contêineres por dia.

O custo total do empreendimento deve oscilar entre R\$ 19 e R\$ 21 bilhões. No futuro, a ideia é que o sistema seja integrado ao Trem-Intercidades Santos-São Paulo, conectando a capital, o litoral e o interior.

COMO SERÁ PERCURSO

A nova linha terá trens expressos e paradores. Para fazer todo o percurso, o tempo estimado para o serviço expresso será de 2 horas e 20 minutos. Os trens paradores farão o percurso de Santos a Peruíbe em 48 minutos e de Peruíbe a Cajati em 1 hora e 56 minutos.

Conforme a CPTM, entre os benefícios a serem proporcionados pela nova ferrovia está a redução de congestionamentos nas vias do litoral e na rodovia Régis Bittencourt (BR-116), com possível redução de

acidentes.

De Santos a Peruíbe, numa extensão de cerca de 80 km, a via será elevada. O trem parte de uma altitude de 2 metros, no centro histórico de Santos, e chega à altitude de 75 metros, em Cajati

O plano é que sob a linha sejam construídos parques lineares, ciclovias e estacionamentos para banhistas: a ferrovia seguirá paralela às praias.

Os trilhos já existentes no trajeto passarão por análise técnica e, quando possível, serão recuperados para reaproveitamento da malha ferroviária já existente. A reportagem do Estadão apurou que, em muitos trechos, especialmente na Baixada Santista, a antiga linha férrea foi ocupada irregularmente.

Em novembro de 2018, uma vistoria do Ministério Público Federal (MPF) constatou construções clandestinas e até plantações de banana sobre a linha férrea.

Algumas estações que foram depredadas ou sofreram danos na estrutura devido ao abandono terão de ser reconstruídas ou substituídas por prédios novos.

O abandono levou a prefeitura de Mongaguá a solicitar à União a doação de 13 km de área pública ocupada pela linha férrea desativada na área urbana do município.

Prefeitos da região se mobilizam há anos pela reativação da ferrovia. Alberto Mourão (MDB), prefeito de Praia Grande, defendeu a utilização da linha para o transporte de passageiros mercadorias até o Porto de Santos. Cerca de 50 mil pessoas se deslocam diariamente da cidade para Santos. "Nossa preocupação é com o estado de abandono que traz reflexos para o município", diz.

Nota

DOUTORANDO DA USP, ADVOGADO É ENCONTRADO MORTO EM ESTRADA; POLÍCIA APURA CRIME DE ÓDIO

A Polícia Civil de São Paulo investiga a morte do advogado Lucas Silva Lopes, de 30 anos, encontrado morto na manhã do último domingo, em uma estrada de terra no Distrito Industrial Luiz Torrani, em Mogi Mirim, no interior paulista. Ele estava desaparecido desde a madrugada de sábado, dia 1º. Uma das linhas de investigação da polícia é de que o advogado tenha sido vítima de crime de ódio. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Lucas fez mestrado em Direitos Humanos e cursava doutorado na Universidade de São Paulo (USP). O advogado morava em Campinas e era PCD (pessoa com deficiência). A Secretaria de Segurança de São Paulo diz que o caso segue sendo investigado como morte suspeita pela Polícia Civil de Mogi Guaçu, "que mantém diligências para elucidação total dos fatos". A Faculdade de Direito da USP lamentou a morte de Lucas e se colocou à disposição de familiares "para ajudar no que for possível".

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM DUAS SÉRIES, DA 41ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Duas Séries, da 41ª Emissão da Canal Companhia De Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizá-la no dia 26 de agosto de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual a após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar, em razão da permanência do inadimplemento da obrigação pecuniária consistente no não pagamento da parcela de amortização com vencimento em julho de 2026, as medidas a serem adotadas no âmbito da Emissão, incluindo, se aprovado pelos Titulares dos CRA, a concessão de novo waiver para fins de não configuração de Evento de Vencimento Antecipado Automático, nos termos da Cláusula 8, alínea (i), da CPR-F, ou outras medidas que vierem a ser deliberadas pelos Titulares dos CRA, considerando que, nos termos da Assembleia realizada em 28 de julho de 2026, a incorporação da parcela inadimplida ao saldo devedor da Emissão foi aprovada para ocorrer em 27 de agosto de 2026, salvo deliberação em sentido diverso. Caso a obrigação seja integralmente adimplida antes da realização da Assembleia, a presente matéria restará prejudicada por perda superveniente de objeto; (ii) A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail at.assembleias@bllinvesttrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA Agronorte", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 06 de agosto de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização.

GESTÃO DESASTRE

GEOVANI BUCCI/AE

O ex-ministro da Fazenda e candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad (**foto**), voltou a criticar ontem, as privatizações promovidas pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). "Todas as privatizações do Tarcísio estão dando errado", afirmou o petista.

As declarações foram dadas em coletiva de imprensa após uma reunião com lideranças e militantes em Iguaçu, no Vale do Ribeira. Ao comentar o encerramento da greve dos funcionários da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), deflagrada após a concessão das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade ao grupo Trivia Trens, Haddad atribuiu a insatisfação a Tarcísio.

VOEPASS

Polícia Federal indicia 16 pessoas por tragédia que deixou 62 mortos

FAUSTO MACEDO E CAIO POSSATI/AE

A Polícia Federal divulgou ontem, o relatório sobre a queda do avião da Voepass em Vinhedo, que deixou 62 pessoas mortas em 2024. Foram indiciados 16 funcionários e ex-funcionários da empresa pelo crime de atentado contra a segurança do transporte aéreo. Veja a lista:

- Edson Serra Martins - piloto, comandante do voo PTB 2293;
- Luciano Alves de Macedo - piloto, comandante do voo PTB 2204;
- Oderlino de Campos Figueiredo - despachante operacional de voo (DOV) dos voos PTB 2293 e PTB 2204;
- John Major Viana - despachante operacional de voo (DOV) do voo PTB 2282;
- Marcos Hiroyuki Sato - despachante operacional de voo (DOV) responsável pelo voo PTB 2283;
- Alex de Souza Leandro - mecânico responsável pela liberação da aeronave; (Mecânico do pernoite responsável pelo Daily Check do PS-VPB)

PRODUTOS QUÍMICOS

Itaquaquecetuba: incêndio em fábrica é extinto após 33 horas

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Após 33 horas de trabalho, o Corpo de Bombeiros conseguiu extinguir o incêndio de grandes proporções que atingiu uma fábrica de produtos químicos na Estrada do Bonsucesso, em Itaquaquecetuba, na região metropolitana de São Paulo. A cidade fica a 40 km da capital paulista.

O fogo começou na tarde de quarta-feira passada e foi extinto à 0h10 de ontem. Não houve feridos e as causas do incêndio estão sendo investigadas.

Por conta do incidente e por medida de segurança, a Prefeitura de Itaquaquecetuba determinou a interdição de toda a extensão da Estrada do Bonsucesso e de todas as suas vias de acesso.

A área interditada está em uma região industrial a mais de 500 metros das residências mais próximas.

Outra ação preventiva foi o monitoramento contínuo das

"Fiquei feliz por ter terminado. Eu entendo que São Paulo está vivendo um momento muito difícil, porque todas as privatizações do Tarcísio já estão dando errado. A Sabesp está dando muito errado. A CPTM teve que voltar atrás depois do incêndio em vagões de trem, colocando em risco a vida de dezenas de pessoas. O free flow teve que ser adiado para 1º de janeiro de 2027, inclusive com a necessidade de indenizar a concessionária com dinheiro dos paulistas", declarou Haddad.

O candidato também reiterou que, caso seja eleito, pretende revisar os contratos firmados pela atual gestão. "Tudo isso precisa ser revisto com cuidado. Os contratos leoninos contra o Estado de São Paulo, assinados pelo Tarcísio, eu vou rever", disse.



LULA MARQUES/ABRASIL

- William Schmidt Agatz - gerente do Centro de Controle Operacional da empresa (CCO);
- Juliano Flores Pacheco - gerente do Centro de Controle de Manutenção (MCC); Gerente do MCC (Maintance Control Center)
- Raphael Limongi de Figueiredo - chefe do CCO; também aparece nos depoimentos como piloto-chefe e chefe de tripulação; Chefe do CCO (centro de controle operacional)
- Marcel Sarquis Moura - diretor de Operações;
- Tiago Passucci Morani - gerente de Engenharia e inspetor-chefe;
- Carlos Alberto Costa - diretor de Manutenção;
- Eric Consoli - diretor Técnico
- Rafael Gimenez Rodrigues - piloto-chefe e responsável pelo Programa de Monitoramento de Dados de Voo (FOQA)
- David da Costa Faria Neto - diretor de Segurança Operacional;
- José Luiz Felício Filho - Diretor Presidente da Voepass

O relatório afirma que José Luiz Felício Filho, diretor-presidente da Voepass, era quem "efetivamente" deveria agir para "interromper o cenário de omissões que a companhia aérea via quanto à manutenção e operação das aeronaves".

A PF também encaminhou uma cópia do relatório à Corregedoria Regional da Polícia Federal em São Paulo para fins de análise quanto a possível ocorrência do crime de prevaricação ou corrupção passiva privilegiada por parte de algum integrante da da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Antes, o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), órgão da Força Aérea Brasileira (FAB), já havia apontado falhas da Anac, que não teria aproveitado no processo de gestão de risco "condições latentes identificadas". Segundo a investigação, houve falta de supervisão sobre práticas informais na empresa.

Diálogos registrados na caixa-preta do avião da Voepass mostram que a aeronave apresentava falhas recorrentes não sinalizadas pelas tripulações.

Segundo a PF, a causa do acidente foi a perda de controle em voo causada pelo acúmulo de gelo na aeronave, da inoperância do sistema pneumático de degelo do avião e da não execução tempestiva e adequada de procedimentos necessários para falha no sistema degelo, degradação de performance, condições severas de gelo e estol (perda de sustentação).

O relatório revelou que os pilotos sabiam sobre a falha no sistema de degelo. Durante o voo imediatamente anterior, entre Guarulhos e Cascavel, o alerta AIRFRAME FAULT (sinal para falhas no sistema de degelo) foi acionado oito vezes e a tripulação realizou resets do dispositivo ao menos cinco vezes.

Piloto: Ó lá o gelo, o gelo foi embora agora, finalmente, escutei um barulho aqui, foi o gelo que voou. (Comentário realizado na aproximação de Casca-vel).

- Copiloto: Muito bom, comandante.
- Após o pouso, o piloto afirmou:
- Piloto: Chegamos vivos.



ESTADÃO

condições ambientais e avaliação técnica dos gases liberados por força das chamadas.

A prefeitura orienta as pessoas que residem, trabalham ou

passam pelo entorno a procurar atendimento médico imediatamente caso sintam irritação intensa nos olhos ou na garganta, tosse persistente, falta de ar, dor

no peito, tontura, náusea ou outros sinais de intoxicação.

Em situações de urgência, o Samu pode ser acionado pelo telefone 192.

Caso Marielle

Justiça aumenta as penas de Ronnie Lessa e Élcio Queiroz

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Justiça do Rio de Janeiro aumentou a pena dos ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio Queiroz pelos assassinatos da vereadora Marielle Franco (foto) e do motorista Anderson Gomes, além da tentativa de homicídio de Fernanda Chaves. O Estado tenta localizar a defesa do ex-policiais.

A decisão da terça-feira passada, aumenta a pena de Ronnie Lessa de 78 anos e nove meses para 81 anos e 10 meses de prisão, enquanto Élcio Queiroz passou de 59 anos e oito meses para 76 anos e seis meses de prisão.

Executores confessos da ex-parlamentar, Lessa e Queiroz estão presos em desde março de 2019. A dupla foi denunciada e condenada por duplo homicídio triplamente qualificado, por um

homicídio tentado e pela recepção do veículo Cobalt utilizada no dia do crime, no dia 14 de março de 2018.

A decisão da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) atende a um recurso do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ).

O Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) susentou que a sentença não havia considerado a "repercussão internacional do crime, a forma de execução dos homicídios, com diversos disparos efetuados em via pública, em local de intensa circulação de pessoas e o planejamento da ação criminosa".

"Mostra-se adequado e proporcional o aumento aplicado na pena base pelas quatro circunstâncias judiciais desfavoráveis - culpabilidade, pessoalida-



de, conduta social e consequências do crime, pois devidamente fundamentado nas circunstâncias objetivas e subjetivas do caso", diz a decisão da Primeira Câmara Criminal do Rio.

Além disso, o MPRJ argumenta que a sentença não levou em consideração o pedido de incidência da fração mínima de redução pelo reconhecimento da tentativa de homicídio contra Fernanda Chaves.

O Ministério Público também destacou que os criminosos utilizaram um veículo clonado para a prática dos crimes e que toda a ação foi previamente planejada.

"A execução de um parlamentar, seja ele quem for, representa um ataque direto às instituições legalmente constituídas. No caso, pelas particularidades como o crime foi praticado com envolvimento de outros parlamentares, autoridade policial e em plena intervenção federal na segurança pública carioca", diz a decisão da Justiça do Rio.

No parecer, o Gaeco sustentou a necessidade de aumento das penas para "assegurar a correta aplicação dos critérios legais de individualização da sanção, em razão da elevada intensidade do dolo, do sofisticado planejamento da ação criminosa e da gravidade dos delitos praticados".

ESPECIAL

Crédito de R\$ 10 bilhões amplia investimento em inovação e reforça modernização do agronegócio

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL



POR REDAÇÃO

A aprovação de uma linha de crédito de R\$ 10 bilhões pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para financiar projetos de inovação no agronegócio marca uma nova etapa da política de incentivo à modernização da produção rural no Brasil. A medida, anunciada no fim de julho, busca ampliar o acesso de produtores rurais e cooperativas a tecnologias capazes de elevar a produtividade, reduzir custos, aumentar a eficiência no uso de recursos naturais e fortalecer a competitividade do setor, que responde por parcela significativa da economia brasileira.

A iniciativa ocorre em um momento em que a inovação se consolida como um dos principais fatores de transformação do campo. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a incorporação de tecnologias como agricultura de precisão, sensores, inteligência artificial, conectividade, bioinsumos e automação vem permitindo ganhos consistentes de produtividade nas principais cadeias agrícolas do país. A instituição estima que mais de cinco décadas de pesquisa agropecuária contribuíram para multiplicar a produção nacional sem expansão proporcional da área cultivada, resultado atribuído ao avanço tecnológico.

O agronegócio também mantém peso crescente na economia brasileira. Dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), mostram que o setor respondeu por cerca de 23% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2025, além de representar parcela relevante das exportações nacionais.

Nesse cenário, a nova linha de financiamento busca estimular investimentos em máquinas, equipamentos, infraestrutura tecnológica, digitalização, pesquisa aplicada

e desenvolvimento de soluções inovadoras para a produção agropecuária. O objetivo é ampliar o acesso ao crédito voltado especificamente para projetos que incorporem inovação ao processo produtivo.

Inovação e produtividade no campo

Para a presidente da Embrapa, Sílvia Massruhá, a transformação digital representa uma das principais oportunidades para elevar a competitividade do agro brasileiro. Em diferentes eventos institucionais, a dirigente tem destacado que a integração entre ciência, inovação e conectividade permite decisões mais precisas no manejo agrícola, reduz desperdícios e amplia a sustentabilidade da produção.

A avaliação também é compartilhada pelo presidente da CNA, João Martins. Segundo ele, investimentos contínuos em tecnologia e inovação são essenciais para manter o Brasil entre os maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos, especialmente diante das mudanças climáticas e da crescente demanda internacional por produção sustentável.

A digitalização do campo tem avançado em diferentes frentes. Levantamento do Ministério da Agricultura aponta crescimento da adoção de ferramentas de monitoramento remoto, sistemas de gestão, drones e equipamentos conectados, principalmente entre médios e grandes produtores. Ao mesmo tempo, programas públicos e privados buscam ampliar o acesso dessas tecnologias também para pequenos produtores rurais.

O crédito aprovado pelo CMN complementa esse movimento ao oferecer condições específicas para projetos inovadores, fortalecendo um ambiente de investimento voltado ao desenvolvimento tecnológico. A expectativa é que os recursos estimulem desde soluções desenvolvidas por startups do agro até investimentos em pesquisa, modernização de propriedades e adoção de novas práticas produtivas.

Especialistas avaliam que o avanço da inovação no agronegócio deixou de representar apenas um diferencial competitivo para se tornar uma necessidade diante da demanda global por alimentos, da necessidade de adaptação às mudanças climáticas e do aumento da eficiência produtiva. Com a ampliação das linhas de financiamento e o fortalecimento da pesquisa agropecuária, o Brasil busca consolidar sua posição como referência internacional na produção agrícola baseada em tecnologia, ciência e inovação.

São Gonçalo

Ex-padre é condenado a 48 anos de prisão por tortura de enteados

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Justiça do Rio de Janeiro condenou o ex-padre Eric Araujo Siqueira Pereira a pena de 48 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão pelos crimes de tortura, instigação ao suicídio, fornecimento de material pornográfico a criança para fins libidinosos e estupro de vulnerável praticados contra dois enteados.

A decisão da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, na região metropolitana, foi proferida na madrugada de quarta-feira passada, após o Conselho de Sentença acolher integralmente a tese apresentada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ).

Os crimes foram cometidos entre outubro de 2020 e maio de 2021, período em que o réu morava com a companheira, os dois enteados e uma filha do casal. De acordo com a denúncia, as crianças eram submetidas de forma recorrente a agressões físicas, violência psicológica e abusos sexuais praticados pelo então padrasto dentro da própria residência.

Um dos aspectos mais graves reconhecidos pelo Conse-

lho de Sentença foi a instigação ao suicídio de uma das vítimas. Conforme sustentado pela 1ª Promotoria de Justiça que atua junto à 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, o ex-padre colocava a criança de castigo em um terraço sem proteção e a incentivava a se jogar do local, dizendo que encontraria papai do céu e seria feliz.

Os jurados entenderam que o réu se aproveitou da vulnerabilidade da vítima para induzi-la a atentar contra a própria vida.

As investigações começaram depois que uma das crianças passou a apresentar mudanças acentuadas de comportamento e foi encaminhada para atendimento especializado. Inicialmente diagnosticada com esquizofrenia, ela foi posteriormente avaliada por uma equipe multidisciplinar, que identificou que os sintomas estavam relacionados às violências sofridas.

A revelação dos abusos levou o Ministério Público a aditar a denúncia para incluir as acusações de abusos sexuais, fornecimento de material pornográfico e instigação ao suicídio.

Justiça Militar

Coronel do Corpo de Bombeiros vira réu em caso de assédio sexual

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A 1ª Promotoria de Justiça junto à Auditoria da Justiça Militar denunciou, na terça-feira passada, o coronel do Corpo de Bombeiros Lauro César Botto Maia. Ele teria ameaçado quatro sargentos da corporação que figuram como testemunhas de investigação interna para apurar fatos atribuídos ao oficial, relacionados a assédio sexual.

Na denúncia, o Ministério Público (MP) pede a decretação da prisão preventiva do coronel. O pedido será analisado pelo Juízo da Auditoria da Justiça Militar, que recebeu a denúncia na última quarta-feira.

Os fatos estão relacionados à denúncia de assédio sexual, oferecida em julho deste ano pelo Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Gaesp).

Na ação penal, o coronel é acusado de enviar, entre o fim de 2024 e julho de 2025, mensagens com conteúdo considerado inadequado a uma subordinada, com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual.

A denúncia foi aceita pela Justiça. O juiz Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo se manifestou, afirmando que "ao examinar a denúncia, pode-se concluir que além do fato criminoso, a inicial descreveu todas e as demais circunstâncias necessárias à apreciação da prática delituosa, e, em especial, o lugar do crime; o tempo do fato e a conduta objetiva em que teria incorrido o denunciado". O pedido de prisão preventiva do militar não foi aceito pela Justiça.

O magistrado explicou ainda que a acusação veio acompanhada de suporte probatório mínimo, ou seja, da prova mínima exigida para sua instrução, de forma a dar ao julgador condições de proferir um diag-

nóstico provisório sobre a viabilidade da pretensão punitiva. As questões pertinentes ao mérito da ação serão analisadas oportunamente por ocasião do julgamento, entretanto há indícios de materialidade e autoria suficientes para autorizar o início da ação penal.

Denúncia

De acordo com o MPRJ, no dia 29 de junho de 2026, o coronel enviou, por meio do WhatsApp, mensagens às testemunhas utilizando um número registrado em nome de terceiro e apresentando-se como "Marcos João". Nas mensagens, fez referências ao procedimento investigatório, aos depoimentos já prestados e às circunstâncias dos fatos apurados, demonstrando conhecimento do conteúdo da investigação e buscando influenciar o relato das militares.

Segundo a denúncia, o oficial superior afirmou que as destinatárias estariam sendo utilizadas por terceiros, sugerindo que reavaliassem suas posições e que ainda haveria tempo para "reparar o dano" causado.

Também fez referências a familiares das militares, circunstâncias que provocaram temor e intimidação. A acusação resalta que o potencial intimidatório das mensagens é agravado pela relação hierárquica entre o denunciado, coronel da corporação, e as testemunhas, todas mulheres que ingressaram recentemente na carreira militar.

A pedido do Ministério Público, a Justiça Militar determinou medidas cautelares, entre elas "a suspensão do porte de arma de fogo do denunciado, a proibição de contato com a vítima e as testemunhas, a proibição de ingresso no quartel do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros e de fazer referências públicas às pessoas envolvidas".

MULHERES

Dentista é denunciado pelo MP por transmitir HIV intencionalmente

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Um dentista de Porto Velho (RO) foi denunciado pelo Ministério Público de Rondônia (MP-RO) por transmitir o vírus HIV-Aids para mulheres "de forma consciente e criminoso", informou o MP-RO. O nome do acusado não foi divulgado. De acordo com a denúncia, quatro vítimas foram confirmadas. Elas foram atendidas pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas (Navit) e receberam acolhimento psicológico. Segundo o MP, mesmo tendo conhecimento do diagnóstico de HIV-Aids, o dentista decidiu não fazer o tratamento

antirretroviral - combinação de remédios que, se toma corretamente, impedem transmissão do vírus. Conforme o MP-RO, o dentista está preso preventivamente desde o dia 11 de junho de 2026. As investigações apontam que, mesmo respondendo à ação penal, ele continuava a se relacionar com mulheres e transmitir o vírus. De acordo com relato das vítimas ao MP, o dentista mantinha vida sexual ativa. A promotora de Justiça Eiko Danielli Araki destaca que ele pode ter contaminado pessoas que ainda não foram diagnosticadas.

CRIME FINANCEIRO

Daniel Bialski assume defesa de Vorcaro e diz estudar estratégia

FABRÍCIA BRAGA/AE

O criminalista Daniel Leon Bialski assumiu a defesa do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, investigado por integrar um esquema de fraudes financeiras bilionárias, corrupção de servidores públicos e utilização de milícia privada para intimidar adversários. A defesa será conduzida em conjunto com o advogado Sergio Leonardo e sua equipe. A chegada de Bialski ocorre em um momento considerado estratégico para o caso. A expectativa é de que a nova equipe jurídica reavalie a condução da defesa e retome as tratativas sobre uma eventual colaboração premiada com as autoridades. O inquérito tramita no Supremo Tribunal Federal e tem como relator o ministro André Mendonça. Ao Estadão, Bialski afirmou que a equipe ainda está na fase inicial de análise dos autos antes de definir os próximos pas-

sos da defesa. "Fomos recentemente contratados pelo Daniel Vorcaro para atuar juntamente com o Dr. Sergio Leonardo e equipe, na defesa. Neste momento, ainda estamos estudando o Inquérito e demais expedientes criminais instaurados para entender e escolher a melhor estratégia defensiva", informou. A contratação foi concluída na semana passada, após uma reunião realizada na unidade prisional conhecida como Papudinha, localizada no Complexo da Papuda, em Brasília, onde Vorcaro está detido. Com ampla atuação em casos de repercussão nacional, Bialski já integrou a defesa do ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro e do prefeito de São Paulo Ricardo Nunes. Também representou a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, a ex-deputada federal Carla Zambelli e os ex-ministros Onyx Lorenzoni e Milton Ribeiro.

DOENÇA

Diagnóstico tardio dá poucas chances de cura para o câncer de pulmão

ALANA GANDRA/ABRASIL

O câncer de pulmão é uma doença silenciosa, e segundo o oncologista Igor Morbeck, membro do Comitê Científico do Instituto Lado a Lado pela Vida, entre 70% e 80% dos cânceres de pulmão no mundo são diagnosticados em fase totalmente avançada ou em metástase. No Brasil, não é diferente. Por meio da plataforma Data Câncer 360º, o Instituto Lado a Lado pela Vida analisou 14.145 diagnósticos registrados no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2023 e descobriu que dentro os casos que continuam o estadiamento identificado, ou seja, a avaliação da localização, extensão e disseminação do câncer no organismo, 89,6%, ou o equivalente a 7.267 pacientes, foram diagnosticados já em estágio 3 (2.015 pessoas) ou 4 (5.252), quando existem poucas chances de cura. Apenas 698 pacientes (10,4%) descobriram o tumor nas fases iniciais, sendo 307 no estágio 1 e 391 no estágio 2. Para o oncologista, esse avanço do número de diagnósticos é ocasionado, principalmente, por uma exposição cada vez maior a fatores de risco, como tabagismo, sedenta-

rismo, obesidade e má alimentação. "Isso expõe, obviamente, a população brasileira cada vez mais ao risco de desenvolver câncer. O câncer de pulmão é um dos mais incidentes", alertou, em entrevista à Agência Brasil. O médico recomenda que todas as pessoas, principalmente aquelas que têm fatores de risco, como tabagistas e ex-tabagistas, devem fazer uma tomografia anual. "Essa tomografia anual está disponível no SUS. É totalmente possível fazer tomografia", lembra. Ele ressalta, no entanto, que há um problema relacionado à doença. Não há um programa de rastreamento para prevenção e diagnóstico precoce de tumores, como o câncer de pulmão. "É essa doença, por ser uma doença silenciosa, quando os sintomas acontecem, eles mostram uma forma comum para outros sintomas secundários como, por exemplo, tosse, uma leve falta de ar, às vezes um quadro que simula uma infecção, uma bronquite, a asma, uma gripe. Isso faz com que as pessoas protelem o diagnóstico", disse.

STF

Dino pede vista e suspende julgamento sobre jogos de azar

LAVÍNIA KAUC/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, ontem, o julgamento que discute a proibição dos jogos de azar após um pedido de vista do ministro Flávio Dino, que defendeu o julgamento conjunto desta ação com os processos que tratam das apostas online (bets). Está em discussão o trecho da Lei das Contravenções Penais que proíbe a exploração de jogos de azar, como bingo, jogo do bicho e caça-níqueis. A discussão é se a lei de 1941 é compatível com a Constituição de

1988 ou viola princípios da Carta Magna, como o da livre iniciativa. Até o momento, há dois votos para manter a proibição dos jogos de azar: do relator, Luiz Fux, e do ministro Flávio Dino. Os dois divergiram, contudo, em relação ao alcance da ação. Dino defendeu que o Supremo deve aproveitar o julgamento dos jogos de azar para definir regras mais restritas para as bets. "Não me parece que possamos, a essa altura, dar um tratamento rigoroso ao jogo do bicho e ignorar este dragão que são esses jogos perversos das bets", afirmou.

"O relator, desde ontem, não falou só de jogo do bicho, ele falou umas 50 vezes de bet, e falou corretamente. Se dissermos que jogo de azar é contravenção, estamos falando que bet é contravenção? Se não é, por quê?", questionou Dino. Fux, a princípio, se manifestou contra a proposta de Dino por entender que ela "antecipa" o julgamento de outras ações que questionam a Lei das Bets - alvo de outras ações relacionadas pelo ministro - e que tal tema não teria passado pelo crivo do contraditório. "Sempre entendi que na repercussão geral devemos ser minimalis-

tas. Não somos legisladores", frisou Fux. Após debates, Fux disse que não se opõe a pautar, para julgamento conjunto, as ações que se concentram sobre a legalidade das bets. Ele disse que vai "verificar o estágio" da instrução dos processos. Uma dessas ações que aguardam julgamento foi movida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra as leis que autorizam e regulamentam o funcionamento das bets no País. O argumento da PGR é que as normas são insuficientes para garantir a proteção de direitos.

CONGRESSO

Gilmar defende criação de súmula para impedir pautas-bombas

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Gilmar Mendes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem, que o Brasil vive uma era de aprovação de "pautas-bomba com emenda constitucional." Segundo o ministro, foi a partir desse fenômeno que ele teve a ideia de sugerir uma súmula para conter novas "pautas-bomba" que criem despesas sem apontar a fonte de custeio. "Estamos vivendo, talvez há algum tempo - e foi aí que me veio a ideia da súmula - essa

era das chamadas pautas-bomba com Emenda Constitucional. Isso é extremamente problemático, porque tenta-se contornar tudo aquilo que materializa a ideia da divisão de Poderes", disse o ministro, em sessão do STF. Na avaliação de Gilmar, a aprovação desse tipo de emenda foi banalizada "porque é uma forma de contornar o veto do presidente da República." As Emendas à Constituição não passam pelo veto ou sanção do presidente, como ocorre com as leis.



CARLOS MOURA/STF

Toffoli adianta ser favorável à edição de súmula para barrar pautas-bomba

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), adiantou que é favorável à edição de uma súmula contra novas "pautas-bomba", proposta apresentada pelo ministro Gilmar Mendes em junho. A declaração foi feita durante o jul-

gamento da validade de um plano de carreira para professores de Curitiba aprovado sem previsão orçamentária. "Já adianto que sou a favor (à súmula). Às vezes, um prefeito faz, às vésperas da eleição, ou dois, três anos antes, um escalonamento de aumento para servidores que é quase um cartão

de fidelização", destacou Toffoli. "Temos que ser mais intransigentes". Para Toffoli, a partir da aprovação da súmula, "não se poderá editar lei sem prévia dotação orçamentária". O ministro Cristiano Zanin ponderou que, mesmo sem a súmula, isso já não é possível devido aos precedentes

da Corte sobre o tema, especialmente o caso da desoneração da folha de pagamentos. Ao derrubar a lei que prorrogava a desoneração, em abril, o Supremo fixou uma tese que proíbe a edição de novas normas que criem benefícios fiscais sem a devida compensação.

FRAUDES

PF conclui segundo inquérito do INSS e indícia ex-presidente da Contag

A Polícia Federal concluiu o segundo inquérito sobre desvios de aposentadorias no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e indiciou novamente o ex-presidente da autarquia, Alessandro Stefanutto, e ex-diretores sob acusação de irregularidades envolvendo descontos indevidos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O ex-presidente da Contag, Aristides Veras, e dois dirigentes também foram indiciados.

Eles foram acusados dos crimes de inserção de dados falsos em sistemas de informática, com pena prevista de dois a doze anos de reclusão, e organização criminosa. A PF entendeu que esses dados falsos permitiram descontos indevidos de aposentadorias e os desvios desses recursos. A conclusão do inquérito foi divulgada inicialmente pelo jornal O Globo e confirmada pelo Estadão. Foram indiciados Stefanutto, o ex-diretor de Benefícios André

Fidelis e o ex-procurador Virgílio Ribeiro de Oliveira Filho. Dirigentes da Contag também foram indiciados: o ex-presidente Aristides Veras dos Santos, Edjane Rodrigues, que foi secretário de Políticas Sociais, e Thaísa Daiane, ex-secretária-geral. Como mostrou o Estadão, a Contag arrecadou cerca de R\$ 3,4 bilhões em descontos de aposentadorias entre 2016 e 2025 e seguiu faturando mesmo após o INSS ter sido alertado de suspeitas de irregularidades.

Esse é o segundo relatório da Operação Sem Desconto entregue pela Polícia Federal ao ministro André Mendonça. No mês passado, a PF indiciou 49 pessoas por suspeitas de crimes envolvendo a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer). Agora, o ministro deve enviar o material à Procuradoria-Geral da República, que vai analisar se apresenta denúncia sobre os fatos abordados.

Nota

TORNADO ATINGE RIO GRANDE DO SUL PELA SEGUNDA VEZ EM MENOS DE 2 SEMANAS

Um tornado atingiu o município de Pedro Osório, no Rio Grande do Sul, ontem. A informação foi confirmada pelo Centro de Monitoramento da Defesa Civil do Estado (CMDEC) da Defesa Civil do estado. O fenômeno ocorreu por volta das 17h15. Segundo a Defesa Civil, o tornado atingiu a região de Matarazzo, e causou alguns destelhamentos. Ele foi gerado por uma supercélula, uma tempestade com rotação. Até o momento não há informações sobre feridos ou pessoas que tenham precisado deixar suas casas. O órgão emitiu um alerta para a região às

15h50, em função da aproximação da linha de tempestades, com vigência até 19h50. O alerta laranja indicava a condição para tempestade com vento e granizo, com risco alto de destelhamento. Um boletim divulgado mais cedo informava que tempestades com rajadas de vento poderiam superar os 100 km/h. Este é o segundo episódio do tipo registrado no estado em menos de duas semanas. Em 28 de julho, três cidades do Rio Grande do Sul foram atingidas por um tornado: Giruá, Senador Salgado Filho e Sete de Setembro. Outras regiões do Estado tiveram tempestades e grandes volumes de chuva em poucas horas, afetando 85 municípios.

MARCO BUZZI

STJ condena ministro a perda de cargo por crimes sexuais

FELIPE PONTES/ABRASIL

O plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem colocar à disposição o cargo do ministro Marco Buzzi, mantendo seu afastamento das funções. Ele foi acusado de crimes sexuais por duas mulheres.

A decisão pela condenação foi unânime, com aprovação dos 28 ministros que participaram da votação. Quatro, contudo, votaram pela pena de aposentadoria compulsória, pena menos grave que não implica a perda de cargo. Neste ponto, ficaram vencidos os ministros João Otávio de Noronha, Moura Ribeiro, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria.

A aplicação da pena de disponibilidade com perda de cargo a um magistrado brasileiro é inédita, sendo a primeira vez que isso ocorre após o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ter regulamentado a medida como nova pena máxima para juízes que cometam faltas graves, nesta semana.

O julgamento ocorreu a portas fechadas e começou por volta das 9h30 de ontem, com as sustentações orais das defesas das vítimas e do acusado, bem como da Procuradoria-Geral da República, que numa mudança de posição opinou pela aplicação da pena máxima de disponibilidade com perda de cargo.

Pela decisão do STJ, o afastamento provisório aplicado desde 10 de fevereiro a Buzzi se torna definitivo, embora com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Para que ele seja eventualmente exonerado e deixe de receber salário, é necessário que a Advocacia-Geral da União (AGU) mova uma nova ação judicial com esse objetivo.

O procedimento foi estabelecido pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) em maio, quando os ministros declararam inconstitucional a aplicação da aposentadoria compulsória como pena máxima para magistrados.

A defesa de Buzzi ainda pode recorrer ao próprio Supremo contra a condenação.

ACUSAÇÃO

Buzzi foi julgado por duas acusações de crime sexual. Uma foi feita por uma jovem de 18 anos, filha de um casal de amigos, que disse ter sido alvo de uma abordagem do ministro durante um banho de mar quando ela era hóspede em sua casa de praia.

Em seguida, uma servidora também afirmou ter sido vítima de assédio sexual dentro do gabinete.

O caso foi julgado após a conclusão de uma sindicância realizada por três ministros do STJ. Buzzi nega qualquer comportamento criminoso ou inadequado. Ele esteve presente no julgamento, sentado ao lado dos advogados, e não na cadeira de ministro que ocupou por 14 anos.

Por meio de nota, a defesa de Buzzi disse que respeita a decisão dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas discorda dos argumentos usados para fundamentar a condenação.

"Este é um caso sensível, de grande comoção pública e que

envolve um problema social de extrema relevância para o país. Foram reunidas inúmeras provas que mostram que os fatos relatados pelas denunciante ou não aconteceram ou não poderiam ter ocorrido, diante dos elementos objetivos constantes dos autos.", informou.

PERDA DE CARGO

A mudança de posição da PGR ocorre pouco depois de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluir em resolução a previsão de disponibilidade com possível perda de cargo como pena máxima para juízes punidos por faltas graves.

Pelas regras aprovadas nesta semana pelo CNJ, caso o magistrado receba a pena máxima, ele continua afastado do cargo, com salário proporcional ao tempo de serviço.

A partir disso, a perda efetiva do cargo e dos vencimentos fica condicionada à abertura de uma nova ação judicial pela Advocacia-Geral da União (AGU), conforme procedimento estabelecido pelo STF neste ano.

ELEIÇÕES

Republicanos confirma chapa própria em MG e Cleitinho fica isolado

LUCAS ALLABI/AE

O Diretório do Republicanos de Minas Gerais decidiu, na madrugada de ontem, que lançará chapa própria para disputar os cargos do governo estadual e Senado.

Sem citar o nome do senador Cleitinho Azevedo (**foto**), a legenda informou à Justiça Eleitoral que vai oficializar as candidaturas até o fim do prazo legal estabelecido, em 15 de agosto.

A ata da reunião foi publicada na conta de Instagram do Republicanos e foi assinada pelo deputado federal Euclydes Pettersen.

Após desistir da própria candidatura, Cleitinho está tentando voltar à disputa pelo Palácio do Tiradentes, mas o presidente do partido, Marcos Pereira, já declarou que o político é "página virada".

O senador tinha por volta de 36% a 38% das intenções de voto para governador quando ainda era pré-candidato, segundo a pesquisa Real Time Big Data divulgada no dia 30 de julho.



Atualmente, o ex-prefeito de Patos de Minas, Luís Eduardo Falcão, é o principal nome avaliado para entrar na eleição ao governo estadual. Ele era o principal político cotado para ser o vice da chapa de Cleitinho.

Mesmo assim, a indicação ainda não é certa e causa tensão dentro da legenda. Pettersen, nesta quarta-feira, 5, declarou que pretende entrar na Justiça para manter Cleitinho no pleito e ameaçou romper com o presidente nacional do Republicanos.

TOCANTINS

Pai e madrasta são presos suspeitos de morte de menino

DOUGLAS CORRÊA/A BRASIL

O pai e a madrasta de Gustavo Veloso Feitosa, de 3 anos, foram presos em Tocantins, sob suspeita de envolvimento na morte da criança. O menino foi encontrado morto na casa do casal, em Palmas, na última segunda-feira.

O advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, de 33 anos, e a companheira dele, Kathellen Moreira, de 23 anos, foram detidos na madrugada de ontem.

Gustavo Feitosa estava na casa do pai durante o fim de semana. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública de Tocantins, o pai comunicou a morte do filho na segunda-feira e alegou que demorou a registrar a ocorrência por estar abalado emocionalmente.

Um laudo do Instituto Médico-Legal (IML) aponta que o garoto morreu em decorrência de múltiplas agressões e violência sexual.

MÃE RELATA

O caso ganhou novos des-

dobramentos após a divulgação de um vídeo, gravado pela mãe, no qual Gustavo afirma que não queria ir para a casa do pai, porque "ele me bate". Defesa da mãe diz que ela já havia relatado que o filho voltava com machucados após o período com o pai, mas temia denunciar por causa de ameaças do ex-companheiro.

Os pais do menino não moravam juntos e viviam uma disputa judicial, com ação para cobrança de pagamento de pensão.

Advogados da mãe, Sabrina da Silva Feitosa, informaram que ela não poderia impedir a convivência da criança com o pai para não caracterizar alienação parental.

"O medo e o temor dela pela própria vida e pela vida do filho, da família, em relação a ele, em virtude das ameaças, impedia ela de nos permitir que tomássemos providências mais drásticas em relação a isso no momento", disse a advogada Stella Bueno, que representa a mãe.

CRIME DE BRANCO

Rio abriga quase 1/3 de casos de exercício ilegal da medicina

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Rio de Janeiro registrou 937 ocorrências policiais relacionadas ao exercício ilegal da medicina entre 2012 e 2023, de acordo com dados do Conselho Federal de Medicina (CFM).

O número pode ser ainda maior, pois muitos casos não são comunicados às autoridades, por receio, constrangimento ou desconhecimento dos canais de denúncia.

O Rio de Janeiro concentra quase um terço dos casos de exercício ilegal da medicina registrados no país, segundo dados da Polícia Civil do estado. Os procedimentos estéticos invasivos foram executados por pessoas sem

habilitação técnica ou autorização legal.

O cenário foi apresentado pela região no Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP-RJ) durante a 45ª Jornada Carioca de Cirurgia Plástica.

A entidade alerta que tais irregularidades resultam em adoecimento, sequelas irreversíveis e mortes e cobrou providências urgentes para proteger a população.

A regional destacou que procedimentos invasivos, estéticos ou não, exigem avaliação clínica, indicação adequada, conhecimento anatômico, domínio técnico, planejamento anestésico e capacidade para reconhecer e tratar complicações.

DEFENSORIA PÚBLICA

Leis do licenciamento ambiental são inconstitucionais, avalia DPU

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

A Defensoria Pública da União (DPU) levou ao Supremo Tribunal Federal uma manifestação para defender a inconstitucionalidade do novo marco legal do licenciamento ambiental.

A instituição pede para atuar como amicus curiae (amigo da Corte) no julgamento das três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que contestam a Lei Geral do Licenciamento Ambiental (nº 15.190/2025) e a Lei da Licença Ambiental Especial (15.300/2025).

Em vigor desde fevereiro, a Lei Geral do Licenciamento Ambiental foi sancionada com 63 vetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os vetos, no entanto, foram derrubados pelo Congresso Nacional. Entre as mudanças previstas na norma estão a dispensa da avaliação do impacto ambiental e a possibilidade de um processo simplificado de licenciamento para ativi-

dades de médio impacto.

Os processos na Corte foram iniciados por partidos políticos e organizações sociais que apontam inconstitucionalidade em diversos artigos da Lei Geral. Nos pedidos à Justiça, os requerentes apontam que as violações são reforçadas pela Lei da Licença Ambiental Especial, em vigor por ter tido origem em uma medida provisória que visava complementar a Lei Geral.

Se aceita pelo ministro relator no STF, Alexandre de Moraes, a condição de amicus curiae permitirá que informações fornecidas pela DPU possam subsidiar a Corte no processo de julgamento de grande impacto para a sociedade.

Nos argumentos apresentados ao ministro, a DPU defende que as recentes mudanças na legislação configuram uma alteração profunda do modelo de proteção ambiental, concebido pela Constituição Federal.

Para a Defensoria, a mudan-

ça promove ainda uma inversão de valores, que impõe condições aos direitos fundamentais e à proteção do meio ambiente, a partir das necessidades de expansão de empreendimentos e exploração econômica, "sob o discurso da simplificação administrativa e da promoção do desenvolvimento econômico".

De acordo com o documento, o licenciamento ambiental nunca teve a finalidade de dificultar atividades econômicas, e sim de "compatibilizar o desenvolvimento com a proteção da vida, da saúde, do patrimônio cultural, da biodiversidade e dos direitos territoriais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e dos demais povos e comunidades tradicionais".

A DPU aponta ainda que, ao inverter as prioridades, as leis em questão reduzem essa capacidade do licenciamento ambiental ao dispensar ou simplificar as análises sobre empreendimentos potencialmente de-

gradadores. Além disso, impõem prejuízos à participação social ao restringir a atuação de órgãos técnicos.

Os impactos apontados pelos defensores públicos vão de degradação dos recursos naturais, perda de territórios tradicionais e deslocamento forçado de populações ao agravamento dos conflitos socioambientais.

Com esses argumentos, a DPU pede a admissão da condição de amicus curiae, o recebimento das contribuições para o julgamento das ações e o acolhimento dos fundamentos apresentados.

"A flexibilização do licenciamento, especialmente quando reduz a participação da Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas], dispensa estudos técnicos ou limita a avaliação dos impactos indiretos, expõe esses povos a riscos incompatíveis com a Constituição e com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro", conclui o documento.

GUILHERME MATOS/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) quer explicações complementares da senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) (**foto**) e do deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) sobre as acusações contra o candidato à vice-presidência Alfredo Gaspar (PL-AL).

Thronicke e Farias acusam o vice de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) de estupro de vulnerável. O Estadão apurou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitou diligências sobre o suposto crime à Polícia Federal (PF).

Em nota encaminhada à imprensa, a dupla de parlamentares afirma que prestará os esclarecimentos necessários. "O procedimento é regular e está previsto no curso da investigação", diz a senadora.

A denúncia contra Alfredo Gaspar veio à tona em 27 de março deste ano. O deputado federal era o relator da CPI do INSS e foi chamado de "estuprador" por

Lindbergh Farias durante a leitura do relatório final. "Eu estupei corruptos como vossa excelência", rebateu Gaspar na ocasião.

A troca de acusações gerou um bate-boca na comissão.

Ao final da sessão, Lindbergh e Soraya Thronicke promoveram uma coletiva de imprensa e explicaram a acusação. Segundo o deputado petista, o xingamento ocorreu pois estava "entaldado" com uma denúncia levada a ele e a senadora.

"Há uma criança de 8 anos e uma jovem de 21 anos e as acusações aqui são muito sérias, acusações com diálogos, com gravações (...). É uma história que agora vai ter um processo por parte da Polícia Federal, mas é uma história terrível de pedofilia, de estupro de vulneráveis, até de trabalho escravo", afirmou Lindbergh à imprensa.



De acordo com os parlamentares, o caso ocorreu há oito anos em Alagoas e a vítima teria gerado um filho do deputado Alfredo Gaspar após o crime.

Lindbergh e Soraya dizem que não deram mais detalhes para preservar a identidade das vítimas. Eles também afirmam que tem gravações mostram compra de silêncio com valores de R\$ 70 mil a R\$ 400 mil.

Os parlamentares registraram uma notícia-crime na PF com as provas. Eles diziam que bastava um exame de DNA para negar as acusações. Na coletiva, também fizeram críticas ao relatório final da CPI do INSS.

Alfredo Gaspar, então, foi ao STF. Ele processou a dupla por calúnia e difamação. Na petição inicial, os advogados afirmam que o deputado "é casado há 36

GUERRA

Ghalibaf: Irã não precisa de mais teatro diplomático dos EUA

LAÍS ADRIANA/AE

O presidente do Parlamento do Irã e principal negociador do país, Mohammad Bagher Ghalibaf, reiterou críticas a reviravoltas nas conversas com os EUA, em publicação ontem, no X.

"Um ataque massivo está vindo... Espera aí, esqueça, eles querem negociar'. Isso é um teatro diplomático em loop", escreveu Ghalibaf, afirmando que os americanos usam uma "estratégia falha" de bullying, "promessas quebradas" e notícias falsas como trunfo. "Reconheçam os fatos e cumpram seus compromissos.

Nós não precisamos de mais teatro."

BAGUNÇA TOTAL

O vice-presidente dos EUA, JD Vance, reconheceu na quarta-feira que pode parecer que os EUA não estão fazendo progresso no Irã, descrevendo o esforço para acabar com a guerra como "bagunçado" e que "vai levar algum tempo". Vance disse em uma entrevista, que foi ao ar à noite no canal Fox News, que os iranianos são "pessoas extraordinariamente difíceis" e que os esforços para tentar resolver a guerra às vezes exigem retroceder antes de avançar.

48 HORAS

Facções do Iraque planejam ataque contra países vizinhos

LAÍS ADRIANA/AE

O gabinete do primeiro-ministro do Iraque, Ali al-Zaidi, e a Coalizão de Administração Estatal do país estão realizando reuniões de segurança para debater o risco de ataque de facções iraquianas contra países vizinhos nas próximas 48 horas, segundo uma reportagem do Al Arabiya.

Fontes iraquianas com conhecimento das discussões revelaram ao jornal que, durante a reunião, autoridades foram alertadas sobre a intenção das facções de atacar os vizinhos com drones, com base em informações de segurança.

Paralelamente, fontes iemenitas afiliadas com Ansar Allah afirmaram que os Houthis atacaram centros de comando das forças armadas da Arábia Saudita na fronteira

entre o país e o Iêmen, de acordo com a agência iraniana IRNA.

Os relatos de ataques ocorrem após o grupo militante Houthis, apoiado pelo Irã, ameaçar uma operação de larga escala contra a Arábia Saudita, no que classificam como retaliação pelo bloqueio marítimo imposto no Mar Vermelho.

Mos Vernelho. Os sauditas recebem nesta quinta-feira em Jeddah o primeiro-ministro do Paquistão, Muhammad Shehbaz Sharif, em visita oficial para discutir a cooperação bilateral e as tensões no Oriente Médio.

Ainda, conforme a norte-americana CBS, o presidente dos EUA, Donald Trump, deve ligar nesta quinta para o líder e príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, para discutir questões relacionadas ao Irã.

DEFESA

Trump discute com secretário por escassez de munições na guerra

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, demonstrou insatisfação com a condução da guerra contra o Irã e cobrou explicações do secretário de Defesa, Pete Hegseth, sobre a escassez de munições das Forças Armadas americanas, segundo informações publicadas pelo The Washington Post na quarta-feira. A discussão ocorreu durante uma reunião em Camp David, na semana passada, em meio às preocupações da Casa Branca com a capacidade militar dos EUA de sustentar o conflito.

Trump acreditava que o problema dos estoques de armamentos já havia sido solucionado e questionou Hegseth sobre a situação. Fontes ouviram pelo jornal, sob condição de anonimato, afirmaram que a falta de munições de precisão, especialmente mísseis de longo alcance e interceptadores de defesa aérea, passou a restringir as opções militares americanas contra o Irã.

O esgotamento dos arsenais foi um dos fatores que levaram Trump a recuar da ideia de realizar uma nova ofensiva de grande escala contra alvos iranianos. Na segunda-feira, 3, o presidente afirmou ter autorizado e posteriormente cancelado "o maior ataque desde a Segunda Guerra Mundial", enquanto aguardava novos desdobramentos das negociações

sobre o Estreito de Ormuz.

Embora o governo americano tenha firmado novos contratos para ampliar a produção de armamentos considerados estratégicos, como os mísseis Patriot, a recomposição dos estoques deverá levar anos. A indústria de defesa estima que alguns sistemas só poderão ser entregues até dois anos após a assinatura dos contratos, o que impede uma reposição imediata. Desde o início da guerra, os Estados Unidos consumiram grandes quantidades de munições. Apenas no primeiro mês do conflito, foram disparados mais de 850 mísseis de cruzeiro Tomahawk e mais de 1.000 interceptadores dos sistemas Patriot e THAAD, segundo informações do WP. Um oficial americano também afirmou ao jornal que mais de 1.300 mísseis balísticos de ataque foram empregados nas operações.

A redução dos estoques também afeta outros cenários de interesse estratégico para Washington. A escassez de interceptadores compromete a capacidade dos Estados Unidos de apoiar aliados e de responder simultaneamente a diferentes frentes de conflito, incluindo a guerra na Ucrânia, que também depende desse tipo de armamento para reforçar sua defesa aérea.

ARGENTINA

Milei recua de venda de terras a estrangeiros após mobilização

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A memória da guerra das Malvinas - quando argentinos e ingleses lutaram na década de 80 pelo controle do arquipélago no extremo sul da América do Sul - contribuiu para derrota do governo de Javier Milei (**foto**) no projeto que ampliava a venda de terras do país para estrangeiros.

Apelidado de “estrangeirização das terras argentinas”, o projeto foi alvo de mobilização que reuniu governadores de todos os campos políticos, cantores, atrizes e atores famosos na Argentina, alguns que não costumam se posicionar politicamente, além do jogador da seleção vice-campeão do país, o zagueiro Lisandro Martinez.

Diante da pressão social e da falta de apoio no Senado, o governo Milei decidiu retirar o tema da votação prevista para esta quinta-feira. Porém, manteve a votação de outro projeto alvo dos manifestantes, que permite a venda de áreas protegidas que tenham sido afetadas por incêndios florestais.

O texto da estrangeirização das terras que seria votado era mais moderado se comparado à proposta original, que pretendia acabar com qualquer limite para venda de terras a estrangeiros. O governo defende que o limite dificulta os investimentos internacionais.

Pelo texto mais recente, o limite seria ampliado de 15% para 25% do total de terras de cada província que poderiam ficar nas mãos de estrangeiros.

Antes de enviar o projeto ao Senado, Milei tentou derrubar essa limitação por meio de um decreto presidencial, logo que assumiu o poder, em dezembro de

2023. Mas a mudança foi suspensa pelo Poder Judiciário.

MALVINAS

O militante ambientalista Hernán Hougassian, professor de agronomia da Universidade de Buenos Aires, participou ontem da marcha na capital do país onde milhares de pessoas protestaram contra a estrangeirização das terras.

Hougassian destaca que a “faísca” que incendiou as mobilizações foi o uso da faixa “as Malvinas são argentinas” pelos jogadores da seleção na semifinal contra a Inglaterra um dia antes de o governo Milei tentar votar o tema no Senado.

“Essa frase — ‘as Malvinas são argentinas’ — surgiu no exato momento em que o governo de Milei buscava aprovar essa lei autorizando a compra de terras por estrangeiros em nosso país; ou seja, bilionários estrangeiros poderiam vir e comprar terras argentinas sem qualquer limite”, comentou.

A “ferida aberta” da guerra das Malvinas funcionou com um catalizador contra o projeto. “As Malvinas são argentinas, e todo o território também”, dizia slogan do Centro de Ex-combatentes das Ilhas Malvinas (Cecim La Plata) convocando para os protestos.

A mobilização começou a ganhar apoio de artistas conhecidos nacionalmente. Entre eles, a Lali Espósito, com 11,9 milhões de seguidores em uma única rede social, assim como Milo J, fenômeno recente da música argentina, e Nicki Nicole, com mais de 22 milhões de seguidores em uma única plataforma.

O cientista político argentino Leandro Gabiati explicou à Agência Brasil que se formou uma “grande maioria politicamente

CRIME DOS EUA

Especialistas da ONU pedem medidas para evitar ‘Gaza em Cuba’

Especialistas em direitos humanos das Nações Unidas (ONU) condenaram, ontem, as recentes medidas tomadas pelos Estados Unidos contra Cuba e pediram à comunidade internacional que atue rapidamente para evitar que uma “Gaza silenciosa” venha a se formar na ilha.

“Os alimentos nunca devem ser usados como instrumento de pressão política. Medidas que, conscientemente, privam uma população dos meios de sobrevivência atentam contra as garantias mais básicas do direito à vida e prejudicam a essência da dignidade humana”, afirmaram os especialistas.

agradeceu aos grupos internacionais que enviaram ajuda humanitária e suprimentos para o país.

EMBARGO

No início desta semana, o presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, emitiu uma forte condenação ao embargo petrolífero de Washington e ao endurecimento das sanções, classificando a política do governo do presidente norte-americano, Donald Trump, como “genocídio político”.

Ele pediu o fim das sanções e do bloqueio petrolífero dos Estados Unidos contra a ilha e

CASO INÉDITO

Israel denuncia colono por homicídio culposo na morte do ativista palestino

Promotores israelenses acusaram ontem um colono pela morte de um líder comunitário palestino no ano passado na Cisjordânia ocupada, segundo denúncia apresentada a um tribunal distrital.

No documento, a Promotoria acusa Yinon Levi, morador do sul da Cisjordânia, de homicídio culposo por imprudência na morte do ativista palestino Awdah Hathaleen, em julho de 2025. Pela legislação israelense, a imputação prevê pena menor do que a de assassinato. Levi também foi denunciado por invasão armada e dano malicioso ao patrimônio.

É extremamente raro Israel denunciar colonos por violên-

cia contra palestinos. O grupo israelense de direitos humanos BTselem afirmou que o caso marca a primeira vez desde 7 de outubro de 2023 que um israelense é indiciado pela morte de um palestino na Cisjordânia. No período, segundo a organização, colonos e soldados israelenses mataram ao menos 1.100 palestinos no território.

Um dos advogados de Levi, Avichay Hajbi, não confirmou se a denúncia foi formalmente recebida pela Justiça, mas disse à Associated Press que a acusação foi uma "decisão equivocada". Segundo ele, a defesa responderá às alegações em juízo.

Levi aparece em vídeos ati-

TANIA REGO/ABRASIL



está “reavaliando” a proposta, sem admitir um arquivamento definitivo. Porém, não há indicativo de quando o assunto pode voltar ao Senado.

PROPRIEDADE PRIVADA

O projeto sobre a venda de terras argentinas a estrangeiros faz parte de um pacote mais amplo de mudanças legislativas defendidas pelo governo argentino, chamada de Lei de Inviolabilidade da Propriedade Privada.

Entre outras mudanças, as medidas aceleram os processos de despejos, dificultam as expropriações estatais e reduzem as restrições para venda de áreas protegidas ambientalmente após incêndios florestais.

O ambientalista Hernán Hougassian conta que a sociedade seguirá mobilizada contra essas outras medidas e crítica o texto sobre áreas afetadas por incêndios.

“Pelo projeto, grandes proprietários de terras e grandes empresários podem incendiar florestas nativas, áreas úmidas e regiões ambientalmente sensíveis e, então — uma vez que as chamas se apaguem e as cinzas sejam removidas —, realizar empreendimentos imobiliários e dedicá-las a atividades comerciais especulativas”, criticou.

A legislação argentina proíbe, por pelo menos 30 anos, a venda de áreas protegidas atingidas por incêndios. Sancionada em 2020, a lei busca evitar o uso de incêndios criminosos como forma de acelerar a mudança do uso dos solos.

Segundo o governo Milei, os prazos são excessivamente longos e violam o direito à propriedade privada. A Casa Rosada alega ainda que a legislação não tem servido para proteger o meio ambiente.

cedentes na ilha levou várias empresas internacionais, especialmente nos setores de turismo e financeiro, a encerrarem operações em Cuba.

Além de apagões recorrentes, o esgotamento do estoque de combustível provocou falhas na rede elétrica em nível nacional. O transporte público do país também ficou paralisado e o ano letivo foi encurtado por falta de combustível.

Washington culpa o governo cubano pela má gestão econômica e pela falta de investimento.

Oscar de 2025, que retrata a luta de moradores palestinos para proteger suas casas e comunidades. Professor e pai de três filhos, ele frequentemente recebia em casa ativistas internacionais e autoridades.

A projeção pública de Hathaleen e os vídeos do suposto momento do disparo levaram a apelos internacionais para que Levi fosse processado.

Levi estava entre os colonos israelenses sancionados pelos Estados Unidos e por outros países ocidentais, em 2024, por suspeitas de violência contra palestinos. O presidente dos EUA, Donald Trump, suspendeu as sanções americanas após tomar posse no ano seguinte.

Hathaleen era uma voz proeminente contra a violência de colonos e participou do filme “No Other Land”, vencedor do